



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: **40 min.**

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 5º PERÍODO - DATA: 22/4/2026

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D

“Estudar Direito é um deságio, mas também a oportunidade de ser um agente de transformação social. Mantenha a constância e a paixão pela busca da verdade”.

**VOCÊ É CAPAZ!
BOA PROVA!**



Disciplina: Direito Processual Civil II
Professor: Andréia Viana

Questão 01

O juiz deixou de proferir decisão dentro do prazo legal previsto no processo. Já a parte autora perdeu o prazo para apresentar manifestação.

Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) Ambos perderam o direito de praticar os atos processuais.
- b) Apenas o juiz sofre preclusão temporal.
- c) Apenas a parte autora sofre preclusão, pois seu prazo é próprio.
- d) Nenhum dos dois sofre qualquer consequência processual.

Questão 02

Três passageiros estavam no mesmo voo, que sofreu atraso significativo, causando prejuízos individuais a cada um deles. Diante disso, decidiram ajuizar conjuntamente ação de indenização por danos morais contra a companhia aérea.

Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de litisconsórcio necessário, pois todos foram afetados pelo mesmo fato.
- b) Trata-se de litisconsórcio facultativo, pois há afinidade de questões por ponto comum de fato e de direito.
- c) Trata-se de litisconsórcio unitário, pois a decisão deve ser idêntica para todos os passageiros.
- d) Não é possível a formação de litisconsórcio, pois os danos são individuais.

Questão 03

Acerca das partes, litisconsórcio e intervenção de terceiros, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) O Código de Processo Civil admite denunciação à lide sucessivas, que podem ocorrer sem restrições quanto ao número de vezes.
- b) No litisconsórcio facultativo, a decisão deve ser obrigatoriamente uniforme para todos os litisconsortes.
- c) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica pode ser instaurado de ofício pelo magistrado.
- d) Sendo revel ou omissa o assistido, o assistente simples será considerado seu substituto processual.

Questão 04

Ricardo adquiriu um imóvel de Paulo. Posteriormente, Carlos ajuizou ação reivindicatória alegando ser o verdadeiro proprietário do bem. Diante dessa situação, Ricardo, temendo perder o imóvel, pretende resguardar seu direito de regresso.

De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) Ricardo não poderá adotar nenhuma medida no processo até o trânsito em julgado.
- b) Ricardo poderá denunciar a lide a Paulo, para que, em caso de perda do bem (evicção), possa ser ressarcido.

- c) Ricardo deverá propor nova ação autônoma contra Paulo antes do julgamento da ação principal.
d) A denúncia da lide só é possível após a perda definitiva do bem.

Disciplina: Direito dos Contratos I
Professor(a): Leilane Camargos

Questão 05

Sobre o princípio da boa-fé objetiva no Direito Civil brasileiro, assinale a alternativa correta:

- A) A boa-fé objetiva exerce funções de interpretação, de integração e de controle de limites ao exercício de direitos subjetivos.
B) O princípio da boa-fé objetiva aplica-se exclusivamente à fase de execução do contrato, não incidindo nas negociações preliminares.
C) A violação dos deveres anexos derivados da boa-fé objetiva não gera responsabilidade civil, por falta de previsão expressa de mora.
D) A boa-fé objetiva diz respeito ao estado psicológico do agente, ou seja, à crença de que está agindo conforme o Direito.

Questão 06

No que diz respeito ao princípio da função social do contrato, previsto no Código Civil brasileiro, é correto afirmar que:

- A) A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato.
B) O princípio da função social possui apenas eficácia interna, regulando exclusivamente a relação entre as partes contratantes.
C) Trata-se de um princípio absoluto que anula a força obrigatória dos contratos (pacta sunt servanda) em qualquer situação de desigualdade econômica.
D) A função social do contrato impede a extinção de contratos por inadimplemento, em nome da preservação da empresa.

Questão 07

Com base nas alterações introduzidas pela Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019) no Código Civil, assinale a alternativa correta sobre a revisão e a liberdade contratual:

- a) Os contratos civis e empresariais passam a ter uma presunção absoluta de assimetria, autorizando a intervenção judicial preventiva.
b) A função social do contrato agora autoriza que o juiz altere cláusulas de preço e prazo para atender ao interesse público, mesmo sem pedido das partes.
c) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a reserva de excepcionalidade da revisão contratual.
d) A revisão contratual deve ocorrer sempre que uma das partes alegar desequilíbrio financeiro, independentemente de critérios de excepcionalidade.

Questão 08

Quanto à classificação dos contratos no Direito Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O contrato de mútuo (empréstimo de bem fungível) é classificado como um contrato consensual, pois se aperfeiçoa no exato momento em que as partes entram em acordo sobre o valor e o prazo.

- b) Os contratos bilaterais (ou sinalagmáticos) são aqueles que possuem obrigações para ambas as partes, sendo a eles aplicada a cláusula da *exceptio non adimpleti contractus* (exceção do contrato não cumprido).
- c) Um contrato é considerado gratuito quando apenas uma das partes obtém vantagem, como ocorre na compra e venda de bens entre familiares com preço abaixo do mercado.
- d) Contratos aleatórios são aqueles em que as prestações são certas e equivalentes, mas o pagamento é feito de forma parcelada ao longo do tempo.

Disciplina: Direito Empresarial III
Professor: Esp. Ronaldo Carvalho Silva Filho

Questão 09

Sobre a Autofalência (pedido de falência feito pelo próprio empresário), o Código Civil e a Lei 11.101/05 estabelecem que:

- A) É um direito discricionário do empresário, que pode pedir a falência mesmo estando solvente apenas para encerrar as atividades.
- B) O empresário ou sociedade empresária que julgar não preencher os requisitos para a recuperação judicial deverá requerer ao juízo sua falência, expondo as razões da impossibilidade de prosseguimento da empresa.
- C) A autofalência impede que os sócios sejam responsabilizados por eventuais crimes falimentares.
- D) O pedido de autofalência dispensa a apresentação de relação de credores e balanço patrimonial.

Questão 10

A respeito da Assembleia Geral de Credores (AGC) na falência, assinale a opção correta:

- A) Ela é presidida pelo Juiz da falência, que possui voto de minerva em caso de empate.
- B) Ela possui competência para deliberar sobre a forma de alienação dos bens do falido e a constituição do Comitê de Credores.
- C) Credores trabalhistas não possuem direito a voto na assembleia, pois seu crédito é privilegiado por lei.
- D) O falido tem o dever de comparecer a todas as assembleias, sob pena de prisão administrativa por 30 dias.

Questão 11

A respeito do **termo legal** fixado na sentença de falência, sua função principal é:

- A) Determinar o dia em que o falido deve entregar as chaves da empresa.
- B) Definir o período de "inatividade" para fins de prescrição tributária.
- C) Marcar o início do período de suspeição, retroagindo para permitir a revogação de atos praticados em fraude contra credores.
- D) Estabelecer a data em que o Administrador Judicial passará a receber seu salário.

Disciplina: Direito Tributário
Professora: Esp. Leilane Paula Camargos

Questão 12

Sobre as características e o exercício da competência tributária no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A competência tributária é imprescritível, de modo que a ausência de sua fruição por longo tempo não acarreta a perda do direito de instituir o tributo.
- b) A competência tributária é delegável, permitindo que um ente federado transfira a outro o poder político de criar tributos.
- c) A competência tributária pode ser alterada por meio de lei complementar federal, sem necessidade de reforma constitucional.
- d) O não exercício da competência tributária pelo ente federado competente a transfere automaticamente para a União.

Questão 13

Sobre o regime constitucional do Empréstimo Compulsório, considerando a necessidade de Lei Complementar e a aplicação dos princípios da anterioridade, assinale a alternativa correta:

- a) Mesmo quando criado para o investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional, a cobrança deve ser imediata por se tratar de empréstimo.
- b) Se instituído para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública ou guerra externa, sua cobrança pode ser imediata, não observando a anterioridade nonagesimal ou de exercício.
- c) Sua instituição pode ocorrer por meio de Medida Provisória em caso de urgência e relevante interesse nacional.
- d) A União, os Estados e os Municípios possuem competência comum para instituir empréstimos compulsórios em casos de calamidade pública regional.

Questão 14

De acordo com o Sistema Tributário Nacional, qual das seguintes opções apresenta um caso em que o tributo pode ser cobrado imediatamente, sem a necessidade de observar a anterioridade de exercício (esperar o próximo ano) nem a anterioridade nonagesimal (esperar 90 dias)?

- a) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) quando há majoração da alíquota por decreto.
- b) Contribuições para a Seguridade Social, devido à sua natureza de financiamento de direitos sociais urgentes.
- c) Empréstimo Compulsório instituído para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública ou guerra externa.
- d) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em caso de necessidade de regulação de mercado.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial III Professor: Juliana Soler
--

Questão 15

Durante o trajeto em uma via pública, um indivíduo, com o objetivo de satisfazer a própria lascívia, passa a praticar atos libidinosos com Joana, sem o seu consentimento, empregando violência física que impede a resistência da vítima.

De acordo com as alterações recentes no Código Penal Brasileiro, a conduta descrita tipifica o crime de:

- A) Estupro (Art. 213).

- B) Violação sexual mediante fraude (Art. 215).
- C) Importunação sexual (Art. 215-A).
- D) Atentado violento ao pudor.

Questão 16

Sobre o crime de Estupro de Vulnerável, assinale a alternativa correta considerando a legislação vigente e a jurisprudência sumulada dos tribunais superiores:

- a) A anuência da vítima menor de 14 anos afasta a tipicidade da conduta, pois o consentimento é causa de exclusão do crime.
- b) O crime se configura exclusivamente mediante a conjunção carnal, não abrangendo a prática de outros atos libidinosos.
- c) A vulnerabilidade é absoluta para menores de 14 anos, sendo irrelevante eventual experiência sexual anterior da vítima ou o seu consentimento.
- d) Se o agente provar que desconhecia a idade da vítima por erro plenamente justificável, a pena será reduzida de metade, mantendo-se a condenação pelo Art. 217-A.

Questão 17

No que tange ao crime de Assédio Sexual, previsto no Art. 216-A do Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa que descreve um elemento indispensável para a sua configuração típica:

- a) A ocorrência de conjunção carnal forçada mediante o emprego de violência física ou grave ameaça.
- b) A prática de atos libidinosos em local público ou aberto ao público, visando a satisfação da lascívia.
- c) A condição de superior hierárquico ou ascendência do agente, decorrente do exercício de emprego, cargo ou função, com o fim de obter vantagem ou favorecimento sexual.
- d) O constrangimento da vítima mediante ameaça de morte ou lesão corporal grave para que esta pratique atos sexuais.

Disciplina: Direito Individual do Trabalho Professor: Áderson Nícolas
--

Questão 18

De acordo com a evolução histórica apresentada em aula, como se caracterizava a estrutura das Corporações de Ofício na Idade Média?

- A) Era composta por uma estrutura horizontal, onde mestres e aprendizes possuíam os mesmos direitos e dividiam o capital.
- B) Os "Companheiros" eram jovens iniciantes que viviam sob disciplina férrea para aprender a arte da profissão diretamente com o mestre.
- C) A estrutura dividia-se em três níveis: Aprendizes (jovens em aprendizado), Companheiros (oficiais formados) e Mestres (detentores do capital e privilégios).
- D) O laço principal do trabalhador na corporação era com a terra e com o senhor feudal, de forma hereditária.

Questão 19

Sobre os princípios do Direito do Trabalho e de acordo com os assuntos abordados em aula, o que estabelece o "Princípio da Primazia da Realidade"?

- A) Em caso de divergência, o que aconteceu de fato no dia a dia da prestação de serviço prevalece sobre o que está registrado em documentos ou papéis.

- B) O contrato de trabalho deve ser sempre temporário para permitir que a empresa se adapte às constantes mudanças tecnológicas.
- C) O empregador tem o direito absoluto de alterar qualquer cláusula do contrato, desde que avise o trabalhador com antecedência.
- D) A realidade econômica do país deve sempre se sobrepor aos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988.

Questão 20

No contexto da História do Direito do Trabalho no Brasil, qual a importância da Revolução de 1930 e do governo de Getúlio Vargas?

- A) Representou um período de total absentéismo estatal, onde o Estado deixou as relações de trabalho serem decididas apenas por patrões e empregados.
- B) Foi o marco da oficialização do Direito do Trabalho no Brasil, com a criação do Ministério do Trabalho e, posteriormente, da CLT.
- C) Foi o período em que o trabalho escravo foi a regra, impedindo o desenvolvimento de qualquer legislação trabalhista nacional.
- D) Marcou a proibição definitiva de qualquer forma de sindicato ou associação de trabalhadores no território brasileiro.

Questão 21

A respeito da "Integração do Direito", o que caracteriza uma "Lacuna Axiológica" no ordenamento jurídico?

- A) É a ausência total de qualquer norma ou lei que trate sobre um determinado caso concreto.
- B) Ocorre quando a norma existente não corresponde mais aos novos fatos sociais ou ao progresso tecnológico.
- C) Verifica-se quando existe um vácuo jurídico e o juiz se recusa a decidir a questão por falta de previsão legal.
- D) Ocorre quando existe uma norma, mas sua aplicação ao caso prático resultaria em uma solução insatisfatória ou injusta.

5. Sobre o "Princípio da Irrenunciabilidade", como a doutrina de Mauricio Godinho Delgado diferencia "Renúncia" de "Transação"?

- A) A renúncia é proibida em qualquer fase do contrato, enquanto a transação é permitida livremente desde o momento da contratação.
- B) A renúncia é um ato bilateral onde ambos cedem, enquanto a transação é um ato unilateral onde o trabalhador desiste de um direito.
- C) No Direito do Trabalho, tanto a renúncia quanto a transação são consideradas nulas de pleno direito, independentemente do momento.
- D) A renúncia é um ato unilateral (o trabalhador decide sozinho não querer um direito), enquanto a transação é um ato bilateral (acordo onde ambas as partes cedem).

Disciplina: Introdução a Filosofia
Professor: Me. Mário César Martins Miranda

Questão 22

Na Grécia Antiga, o pensamento humano passou por uma transformação importante, marcada pela passagem das explicações mitológicas para as explicações filosóficas.

Com base nos conceitos apresentados, assinale a alternativa correta:

- a) O mito caracteriza-se por explicações racionais, sistemáticas e baseadas em relações de causa e efeito.
- b) A filosofia utiliza narrativas fantásticas e simbólicas, baseadas na intervenção divina para explicar a realidade.
- c) O mito apresenta explicações poéticas e simbólicas sobre a realidade, enquanto a filosofia busca explicações racionais, lógicas e sistemáticas.
- d) Mito e filosofia são formas idênticas de conhecimento, não havendo diferenças entre seus métodos e objetivos.

Questão 23

Os primeiros filósofos gregos, conhecidos como pré-socráticos, buscavam compreender a origem de todas as coisas a partir de um princípio fundamental, chamado de *arché*.

Com base nesse conceito, assinale a alternativa correta:

- a) O *arché* corresponde a uma explicação baseada em mitos e narrativas divinas sobre a origem do mundo.
- b) O *arché* é o princípio fundamental da realidade, buscado pelos filósofos por meio de explicações racionais sobre a natureza.
- c) O *arché* representa exclusivamente a ideia de múltiplos deuses responsáveis pela criação do universo.
- d) O *arché* refere-se apenas a conceitos morais desenvolvidos por Sócrates no campo da ética.

Disciplina: Diversidade Étnico Racial, Gênero e Direitos Humanos
Professor: Luci

Questão 24

No Brasil, os conceitos de raça e etnia são compreendidos como construções sociais historicamente associadas a relações de poder, desigualdade e processos de exclusão. Nesse contexto, a **Lei nº 10.639/2003** representou um marco na política educacional brasileira ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. A medida busca promover o reconhecimento da contribuição histórica e cultural da população negra e contribuir para o enfrentamento do racismo estrutural. Entretanto, estudos educacionais apontam que a efetivação da lei ainda encontra obstáculos, como resistências institucionais, lacunas na formação docente e a persistente invisibilização de diferentes contextos culturais. BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

Com base no texto e nos princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana, analise as assertivas:

- I. A educação para as relações étnico-raciais constitui instrumento relevante de promoção da igualdade material e de combate a práticas discriminatórias historicamente estruturadas na sociedade brasileira.
- II. A efetividade da Lei nº 10.639/2003 limita-se à inserção formal de conteúdos curriculares específicos, sendo dispensável a reformulação das práticas pedagógicas e da formação docente.
- III. O reconhecimento da diversidade cultural e histórica no ambiente escolar contribui para a construção de cidadania e para a consolidação de uma sociedade plural e democrática.
- IV. A abordagem da história e cultura afro-brasileira deve restringir-se às disciplinas de História e Sociologia, sem necessidade de tratamento interdisciplinar no currículo escolar.

Assinale a alternativa correta:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.

Questão 25

As sociedades contemporâneas são marcadas pela diversidade cultural, caracterizada pela coexistência de múltiplos grupos étnicos, religiosos e culturais. Nesse contexto, o multiculturalismo surge como abordagem que valoriza a pluralidade cultural e reconhece direitos específicos de grupos historicamente marginalizados. No Brasil, políticas públicas de reparação histórica — como ações afirmativas e cotas raciais no acesso à educação superior — buscam enfrentar desigualdades estruturais decorrentes de processos históricos de exclusão. O debate jurídico e social sobre essas políticas envolve a conciliação entre igualdade formal, reconhecimento da diversidade e promoção da justiça social. BRASIL. *Políticas de ações afirmativas e educação para grupos historicamente marginalizados*. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

À luz da Constituição Federal e das discussões contemporâneas sobre igualdade e diversidade cultural, analise as assertivas:

- I. As políticas de ações afirmativas constituem instrumentos de promoção da igualdade material, buscando corrigir desigualdades historicamente produzidas por processos de discriminação estrutural.
- II. O multiculturalismo pressupõe a assimilação das culturas minoritárias à cultura dominante como forma de garantir coesão social e uniformidade cultural.
- III. O reconhecimento jurídico da diversidade cultural pode fundamentar a criação de políticas públicas voltadas à inclusão social e educacional de grupos historicamente marginalizados.
- IV. A adoção de políticas de reparação histórica viola o princípio constitucional da igualdade, por estabelecer tratamento diferenciado entre os cidadãos.

Assinale a alternativa correta:

- a) I e III
- b) I, II e IV.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.